

ARTÍCULOS

Cem anos de dependência (e contando): Vocação latina para a transformação global

Cien años de dependencia (y contando): Vocación latina para la transformación global

A Hundred Years of Dependency (and Counting): Latin Calling for Global Transformation

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14501907> ARK-CAICYT: <https://id.caicyt.gov.ar/ark:/s25456318/dyyz04zth>**Frederico Dornellas Martins Quintão** 

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

João Paulo Moreira Silva 

Centro Universitário Unihorizontes / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio 

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

Resumo. A América Latina teve sua formação territorial alterada pelo processo de colonização. Isso implicou uma sociedade com problemas socioambientais e uma economia fragilizada, dependente da extração e exportação de *commodities*. Durante décadas, cientistas, políticos e empreendedores buscaram encontrar modos de vida e atividades produtivas que sanassem esses problemas. Nesta breve pensata, colocamos sob perspectiva o histórico da formação da sociedade latino-americana, suas cadeias produtivas e problemas enfrentados por um direcionamento de desenvolvimento global que intensificou os problemas latinos. Ao mesmo tempo, abre-se processo de reflexão sobre as possibilidades existentes hoje para que a América Latina seja protagonista do seu próprio desenvolvimento. A discussão aponta que uma ressignificação do conhecimento do norte global pode oportunizar um desenvolvimento para dentro e de baixo para cima, ao mesmo tempo em que abre oportunidades para a discussão de como desenvolver lideranças e mercados que respeitem a sua vocação e identidade própria.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Decolonização; Neo-Extrativismo; América Latina; Economia Emergente

Resumen. América Latina vio su formación territorial alterada por el proceso de colonización, lo que resultó en una sociedad con problemas socioambientales y una economía debilitada, dependiente de la extracción y exportación de materias primas. Durante décadas, científicos, políticos y emprendedores han buscado modos de vida y actividades productivas que mitigen estos problemas. En esta breve reflexión, ponemos en perspectiva el historial de la formación de la sociedad latinoamericana, sus cadenas productivas y los problemas enfrentados debido a un modelo de desarrollo global que agravó las dificultades de la región. Al mismo tiempo, se abre un espacio para reflexionar sobre las posibilidades actuales de que América Latina sea protagonista de su propio desarrollo. La discusión sugiere que una ressignificación del conocimiento del norte global puede facilitar un desarrollo interno y desde las bases, mientras se crean oportunidades para debatir cómo desarrollar liderazgos y mercados que respeten su vocación e identidad propias.

Palabras clave: Desarrollo; Decolonización; Neoextractivismo; América Latina; Economía emergente

Abstract: Latin America had its territorial formation altered by the colonization process, resulting in a society with socio-environmental issues and a weakened economy, dependent on the extraction and export of commodities. For decades, scientists, politicians, and entrepreneurs have sought ways of life and productive activities to address these problems. In this brief reflection, we analyze the history of Latin American society's formation, its production chains, and the challenges it has faced due to a global development model that has intensified the region's problems. Simultaneously, we open a space for reflection on the existing possibilities for Latin America to become the protagonist of its own development. The discussion points out that a redefinition of knowledge from the Global North can pave the way for inward and bottom-up development while opening opportunities to discuss how to foster leadership and markets that respect its own vocation and identity.

Keywords: Development; Decolonization; Neo-Extractivism; Latin America; Emerging Economy

A veces llegaba un extranjero [...] que traía alguna noticia probablemente falsa repetida de auto en auto a lo largo de calientes kilómetros. El extranjero saboreaba el éxito de sus novedades, [...] pero al cabo de un rato se oía alguna bocina o el arranque de un motor, y el extranjero salía corriendo, se lo veía zigzaguear entre los autos para reintegrarse al suyo y no quedar expuesto a la justa cólera de los demás¹.

Julio Cortázar – La autopista del Sur

Grupos humanos e a dominação de si

Para compreender os fatores que influenciam o desenvolvimento social, econômico, material e cultural da América Latina, começaremos este estudo com um breve resgate sobre os princípios fundadores do que compreendemos como sociedade hoje. Entende-se que a relação do ser humano consigo mesmo, com o meio externo e, consequentemente, a natureza indivisível dessa interação é um aspecto fundamental para a constituição da identidade humana. Assim, refletir sobre como o indivíduo se percebe, como ele se relaciona com o outro, como se percebe no outro e de que maneira o outro influencia sua vida remonta às origens do pensamento filosófico e psicanalítico.

O pensamento freudiano, ao abordar o mito do homem primevo, estende-se ao estudo da formação de clãs, grupos e sociedades. Freud explora os motivos pelos quais indivíduos se unem em prol de um objetivo comum e, por exemplo, entram em conflito para conquistar o que desejam. Este raciocínio, presente em suas análises psicanalíticas, também remete a filósofos clássicos como Platão e Aristóteles, que refletiram sobre a pólis, o surgimento da política, e a interdependência entre o indivíduo e a coletividade. Aqui, na vanguarda do pensamento grego e, portanto, ocidental, o sujeito e a sociedade são inseparáveis, numa relação simbiótica em que o governante reflete o governado, e vice-versa.

No entanto, ao posicionar tais conceitos sob a ótica do contexto contemporâneo, é possível indagar-se sobre os motivos de se continuar estudando filósofos gregos ou pensadores europeus, como Freud, dentro de um cenário latino-americano. Mesmo que a base da sociedade latino-americana atual tenha suas raízes nas civilizações indígenas, a estrutura vigente, moldada pela colonização, é amplamente influenciada pelo pensamento europeu. Como mencionado por Garcia Márquez (1982), a independência da colonização espanhola-europeia não tirou os americanos do alcance da loucura.

Assim, tem-se que a ideia de sociedade e de relacionamento interpessoal que seguimos hoje é herdeira direta dos ideais romanos. Roma, por sua vez, influenciou a cultura ocidental de maneira profunda, inclusive no que diz respeito aos nossos valores sobre amor e organização social. Portanto, para entender como nossa sociedade se formou e enfrentar os desafios do presente, parece pertinente revisitar a estrutura clássica que subjaz à nossa formação social. Embora se busque por transformação, é fundamental compreender o caminho que levou a sociedade latino-americana até este momento e como essa herança, particularmente a europeia, continua a moldar o cotidiano regional. Não se pode ignorar o fato de que a lógica europeia foi transmitida e replicada em diversas esferas, incluindo a arte e a literatura, que frequentemente servem como espelho das complexas relações sociais e políticas.

Sobre a literatura, em particular, nota-se que esta desempenhou um papel central na análise da sociedade. Autores como Dante Alighieri e Shakespeare utilizaram suas obras para retratar as dinâmicas de poder, vaidade e manipulação, tanto no campo afetivo quanto político, que permitiam aos indivíduos e grupos atingirem seus objetivos. Em relação ao segundo, por exemplo, é possível observar cada uma de suas histórias perante o contexto da tirania contemporânea e, aparentemente, atemporal: o papel do populismo fraudulento, os fatores facilitadores, os instigadores e até a loucura nos “grandes” governantes (Greenblatt, 2018).

A tragédia, um dos gêneros literários mais antigos e significativos, era amplamente utilizada para disseminar histórias de cunho político e social, especialmente na Roma antiga, onde se desenvolveu como um meio de retratar os conflitos da sociedade. O gênero trágico serviu de base para grande parte da literatura europeia e, consequentemente, influenciou a forma como interpretamos nossas próprias tragédias sociais na América Latina. Como será argumentado posteriormente, a forma icônica como tais histórias eram transmitidas são utilizadas até hoje, incluindo até mesmo as suas falhas (e.g. *deus ex machina*).

Na contemporaneidade, vemos que a América Latina ainda lida com problemas de ordem econômica e social, que podem ser associados à “doença holandesa” (Corden & Neary, 1982), um fenômeno que afeta o desenvolvimento de países ricos em recursos naturais, mas que enfrentam dificuldades para diversificar suas economias. A chamada

“Maldição dos recursos” (Badeeb, Lean & Clark, 2017) explica a abundância desses recursos, atrelada a uma fragilidade institucional podem levar a ações de estado com direcionamento clientelista ao invés de resolver os problemas socioambientais do seu território (Rodrigues & Rodrigues, 2019). Esse problema, amplamente estudado por aqueles versados nas Ciências Econômicas, revela como as tensões econômicas e sociais da Europa influenciam a América Latina até os dias atuais. Contudo, os países europeus, que já passaram por essa fase, conseguiram superar esses problemas, enquanto a América Latina ainda sofre com seus efeitos.²

Esse entendimento leva a uma reflexão mais ampla sobre o processo de colonização e a influência das estruturas europeias nas sociedades latino-americanas. A corte europeia, representada nas tragédias de Shakespeare, é um reflexo das elites políticas que dominaram as sociedades coloniais e pós-coloniais. A expansão europeia, caracterizada pela conquista e dominação de novos territórios, estava intrinsecamente ligada à lógica de poder e controle que moldou a colonização da América Latina. Esse processo de expansão europeia, liderado por nações como Portugal e Espanha, estabeleceu uma forma de dominação que se baseava tanto na violência quanto na imposição de valores culturais.

Foucault (1978), ao analisar as relações de poder, destacou que não existe apenas um jogo entre dominador e dominado, mas uma constante tensão entre ambos, onde o oprimido também exerce uma influência sobre o opressor dentro das relações de poder. Essas dinâmicas de poder são moldadas pelo tempo e pela evolução material das sociedades. Foucault, em seus estudos sobre a biopolítica, investigou como as sociedades utilizam estratégias para manter o controle sobre a vida, preservando a saúde e o bem-estar de suas populações, ao mesmo tempo que estabelecem mecanismos de vigilância e controle, como o panóptico, uma metáfora para o controle total sobre os indivíduos, onde o poder é exercido de maneira invisível, mas constante.

A violência, tanto física quanto simbólica, foi um dos principais instrumentos de controle utilizados pelos colonizadores. Autores como Araóz (2020) destacam o papel da violência como um mecanismo central para a subjugação dos povos. Aqueles que se recusavam a aceitar os credos impostos pelos colonizadores eram muitas vezes eliminados. Achilles Mbembe (2016), ao desenvolver a teoria da necropolítica, faz um contraponto à biopolítica de Foucault (1978), argumentando que, enquanto a biopolítica busca preservar a vida, a necropolítica trata da gestão da morte. A necropolítica estaria presente no racismo, no imperialismo, e em todas as formas de dominação, onde o poder define quem deve viver e quem deve morrer.

Outro pensador relevante nesse contexto é Frantz Fanon. Quando da discussão sobre o impacto da violência cultural e epistêmica nas populações colonizadas, Fanon (2008) argumenta que o colonizador impõe sua verdade sobre os colonizados, a ponto de os oprimidos internalizarem e admirarem seus opressores. Aqui, a violência sistêmica é tão profunda que a identidade dos colonizados é transformada, levando-os a adotar os valores e a visão de mundo do colonizador. Isso se assemelha à teoria da consciência de classe, onde o oprimido não apenas aceita sua condição, mas também a internaliza, dificultando sua emancipação (Mbembe, 2016; Fanon 2008; Araóz, 2020).

Em síntese, ao longo da história, pensadores diversos ofereceram diferentes perspectivas sobre as relações de poder e o papel do indivíduo na sociedade. Independentemente de suas abordagens, grande parte deles converge em torno de uma questão central: a luta pelo poder e a maneira como as sociedades se organizam em torno dessa disputa. Desde a antiguidade até os tempos modernos, o ser humano utiliza mecanismos de dominação para impor sua vontade e, objetivamente, essa dinâmica continua a moldar as sociedades contemporâneas.

Uma dessas características se dá no Sul Global, mais precisamente na *Abya Yala*, território ao qual conhecemos hoje como América Latina. Foi uma região colonizada por Espanhóis e Portugueses com o intuito de extrair a riqueza mineral nativa para enriquecer o próprio projeto de poder euro-centrado. Foi enviado para a América Latina o mesmo modus operandi com o qual invadiram o Oriente Médio durante as cruzadas: violência para sobrepor a própria fé atrelada ao acúmulo de taxas e impostos desses povos (Araóz, 2020; Fanon, 2008, Mbembe, 2016).

Entretanto, o que se vivenciou na América Latina foi uma extração intensiva dos recursos minerais tais quais ouro, prata e madeira de qualidade. O fator primordial para o exercício da violência com os povos indígenas nativos e proprietários daquelas terras era por uma divisão clássica da compreensão sobre o sentido e utilidade dos recursos naturais. Enquanto para os indígenas a natureza é como um ser, amigo, familiar ou parente (Krenak, 2020; Svampa, 2019), para os colonizadores era apenas um objeto a ser possuído, acumulado e negociado para expansão do seu projeto de poder.

Como estratégia de sobreposição das crenças e do modo de vida, os colonizadores usaram primariamente o medo e a violência física e simbólica para sobrepor seus interesses. Caso não acreditassem que ter uma relação harmônica com a natureza fosse uma falha espiritual e que “Jesus Cristo” fosse o salvador desses povos, os nativos ameríndios eram exterminados (Araóz, 2020; Krenak, 2020).

Fato é que a violência praticada espanta, inculcando a noção de que a população indígena nativa tenha passado por um processo de genocídio, inviabilizando as operações de colonização. Isso fez com que os europeus colonizadores optassem por escravizar dessa vez os negros africanos, agora condenados da terra, para que servissem de mão de obra em seu projeto étnico de poder (Fanon, 2008; Mbembe, 2016). As estratégias de dominação eram a mesma usadas com os indígenas: incrustar na lógica de sentir e pensar dos africanos que apenas a forma de ser e viver europeu eram a saída para a redenção (Fanon, 2008).

Esse é o modo de vida imperial. Aquele onde o escravizado indígena ou africano passa a se compreender como ser humano digno da vida apenas falando como o seu dominador, pensando como tal, vestindo-se e comendo tal qual. Nota-se que não se trata de uma opção, mas uma condição de sobrevivência imposta por um grupo que ameaça a vida de outro em prol do bem estar dos seus poucos familiares. O colonizado passa a incorporar máscaras brancas sob pele negra como alternativa a preservação de si mesmo (Fanon, 2008).

Nota-se que aqui podemos revisitar o conceito da Biopolítica (Foucault, 1978). É importante lembrar que esse mesmo povo europeu é aquele que desenvolveu práticas, ferramentas, estratégias e estruturas em suas cidades para a preservação da vida dos seus. Entretanto, o que se vê agora na colônia é o implemento de mecanismos de Necropolítica (Mbembe, 2016) que delimitam quem são as pessoas, sob quais circunstâncias e com qual finalidade elas podem e irão morrer em nome do seu projeto de poder.

Pensar a Abya Yala nesse contexto é importante. Araóz (2020), pensador latino, defende que a revolução industrial, na verdade, tenha ocorrido primeiro nas minas de Potosí, sob influência religiosa católica, ao contrário da versão eurocentrista – início em Manchester, sob bases protestantes. Baseado no recorte temporal, volume de riqueza extraído para a coroa, tecnologias de extração, logística e número de escravos utilizados na época, o autor demonstra que toda essa operação extrativista na Abya Yala viabilizou de forma material o movimento industrial que posteriormente aconteceria na Inglaterra.

Alguns anos depois, essa mesma Inglaterra – lembra-se, conquistadora de territórios como Índia, Austrália e Estados Unidos – junto de outros países europeus, se envolveram em um conflito mundial que, dentre várias consequências, prejudicou a economia de toda a Europa e os endividou com os Estados Unidos. Após uma cisão bilateral na geopolítica mundial, a tônica da terra da águia por meio de seu presidente Truman era de que os próximos rumos do mundo seriam de integração dos países, com os “Desenvolvidos” integrando os “Sub-Desenvolvidos” em uma nova era de bonança.

Naquele momento, o discurso, prática e a lógica imperial ainda se mantinham, com a sobreposição de alguns países em detrimento de outros, e ainda reforçando que para que os países “atrasados” pudessem crescer eles deveriam seguir as diretrizes dos demais “avançados”. Para alguns pode ter sido o ressoar de uma nova era e oportunidade de reparar efeitos colaterais antigos, entretanto, essa nova onda do desenvolvimento ajudou a intensificar a primarização de economias do Sul Global e empregos de baixa qualidade em prol do aprimoramento de maior valor no que agora seriam os países do norte global.

Um dos grandes pensadores da economia, Adam Smith (1983) argumentava que o que seria fator de grande diferencial para que países-corpos-territórios se destacassem no mercado internacional é o domínio da produção de bens, o que ele chamava de Vantagem Absoluta. Naturalmente, para a visão euro-colonizadora o corpo-território latino se tornou uma vantagem para os países exploradores. Essa lógica foi continuada pelo conceito de vantagem comparativa de David Ricardo no século XIX.

De certa forma, entende-se que tais doutrinas seriam na verdade atualizações dos *modus operandi* adquirido a partir das grandes navegações e economias mercantes que originaram as colonizações exploratórias, por sua vez pautada na vantagem do comércio internacional por meio de eficiência – operacionalizada com mão de obra escrava e sem custos de investimento nos territórios. Foi pela contradição da teoria com a prática, uma vez que somente o país explorador se beneficiava com a vantagem e o corpo-território ficava com o passivo ambiental, que pensadores

congregados na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) teceram críticas a teoria-falácia das vantagens comparativas a partir de alguns pressupostos: (i) a exportação de matéria prima sem devido valor agregado continuava posicionando os países-corpos-territórios em desvantagem; (ii) a recompra do produto manufaturado era muito mais cara do que a vantagem obtida com a exportação da matéria prima; (iii) a especialização em uma única vantagem comparativa impedia o desenvolvimento industrial, complexidades tecnológicas e diversificação produtiva.

Mais uma vez, os gerencialistas latinos adotaram o discurso imperial, entorpecidos com o canto da sereia mercante. Tal fato intensificou o processo de racismo estrutural e degradação ambiental oriundo da exportação de vantagens comparativas para o colonizador, assim como foi feito na primeira chegada do explorador. Assim, os ciclos produtivos, culturais e institucionais latinos continuavam reféns dos frames de interesse particulares dos Estados Unidos e Europa, esses sim desenvolvendo e diversificando suas indústrias, por meio de importações em conta e exportações com lucro.

O contramovimento no processo de recolonização sempre foi exercido, mesmo que por vezes ainda replicando a mesma lógica dominante. Entretanto, existem meios, trejeitos e oportunidades de ruptura e superação do modo de vida imperial ao passo em que promove um bem-viver (Acosta, 2016) adequados as formas de sentir-pensar (Fals Borda, 1984; 1997) típicas da América Latina.

Sob uma nova roupagem

Uma premissa importante para a avaliação de uma sociedade é o fato de que as pessoas podem redefinir suas identidades e, de fato, o fazem (e.g. Huntington, 1993). Assim, uma instituição social, política, econômica ou cultural poderá ser modificada, mas leva-se tempo. Conforme mencionado anteriormente, o histórico de elaboração e adequação de políticas econômicas na América Latina segue esse preceito: por meio de imposições teórico-conceituais estrangeiras, iniciativas locais foram conduzidas, com resultados variados e muitas vezes traumáticos, que levaram a novas sínteses. Em muitos momentos, a régua que media as economias desenvolvidas do ocidente, todos com sua própria trajetória, foi utilizada para mensurar os países latino-americanos.

Em síntese, o contexto local se mostrou essencialmente complexo. Como exemplo, Franko (2019) define o desenvolvimento da América Latina como um quebra-cabeça ou, em tradução livre, um enigma. São inúmeros países, com raízes socioculturais profundas, muitos de dimensão expansiva (e.g. Brasil), ou geografia complexa (e.g. Chile), criados e cartografados por meio de conflitos que, há não muito tempo, ainda se mantinham. Assim, utilizando-se de um raciocínio linear, espera-se que respostas simplórias, meras adaptações de modelos ocidentais em contextos distintos, não tenham o efeito esperado nessa localidade. Mudanças poderão ocorrer, mas de forma gradual.

No caso específico da América Latina, é inegável que as instituições continuam a ser fortemente influenciadas pelo seu passado colonial. No Brasil, por exemplo, é possível argumentar que a estratégia portuguesa de privação de educação à classe trabalhadora enxuta – principalmente agrícola – está na raiz da persistente desigualdade³ sob a qual o país ainda se sustenta (Skidmore, 2004). Tal como argumentado por Acemoglu (2003) a força das dinâmicas coloniais – instituições extrativas – europeias fez com que a geografia local, que prenunciava riqueza e prosperidade, tivesse o efeito inverso, ou seja, que gerasse pobreza nessas localidades. Em suma, países que poderiam ser considerados “ricos” em 1500 estão entre os menos abastados atualmente.

Como mencionado, a perspectiva institucional permite que seja traçado o paralelo entre as atividades econômicas do passado e a situação presente de um país. No caso da América Latina, nenhum dos três preceitos pertencentes às “boas instituições” – aplicação dos direitos de propriedade; restrições às ações das elites, políticos e outros grupos de relativo poder e, por fim, algum nível de igualdade de oportunidades a diferentes segmentos da sociedade (Acemoglu, 2003) – foram, definitivamente, institucionalizados. Assim, “as elites das sociedades extrativistas tinham muito a perder com a reforma institucional e, em vez disso, preservaram seu poder de extrair rendas de recursos” (Franko, 2019, p. 42).

Importante destacar que a noção de que os países da América Latina deveriam manter-se como produtores de commodities manteve-se em voga até o início da segunda metade do Século XX. Coube a Prebisch (1962) uma das primeiras críticas generalizadas a premissa, advogando em prol da industrialização dos “novos países”, como forma de captarem o progresso técnico observado nas economias desenvolvidas e, por conseguinte, elevar o padrão de vida dos cidadãos.

Entretanto, atualmente ainda é possível erigir questionamentos sobre o nível em que as economias ditas emergentes superaram o seu papel exclusivo de extração e exportação de matéria-prima. No contexto brasileiro, por exemplo, as atividades agropecuárias mantêm uma dinâmica de sustentação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a despeito das críticas em relação a ausência de sustentabilidade vinculada a operação e que pode ser altamente impactada pelas mudanças climáticas. A distribuição de renda, por sua vez, não observou melhora substancial. Pelo contrário, permanece preocupante, principalmente com a disparidade entre trabalhadores qualificados e não qualificados (Skidmore, 2004). Em 2019, a renda mensal do 1% da população com maior rendimento equivalia a 48,9 vezes à dos de menor renda (Moura, 2024).

Diante das dificuldades em se estabelecer um desenvolvimento econômico igualitário, a chamada ascensão social torna-se, assim, uma pauta recorrente, tanto no cenário econômico quanto político, ecoado também pela sociedade. O contexto geral torna-se ainda mais complexo devido ao fato do panorama socioeconômico pós-1970 ter adquirido excessiva velocidade e fluidez, por meio do fluxo de informações, principalmente com a ascensão de premissas neoliberais, incluindo a flexibilização das relações de trabalho (Harvey, 2008). Tal fato deu espaço para que as empresas privadas ampliassem seu poder no cenário empresarial global, gerando uma sociedade de grandes corporações (Tragtenberg, 2004), que passaram a ser reconhecidas como fonte de desenvolvimento.

Entretanto, o controle do ambiente de negócios pelas grandes empresas não excluiu o surgimento de empresas menores, principalmente capitaneadas por um ou poucos indivíduos. Na realidade, a completa descaracterização das relações de trabalho incutida pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) gerou uma enorme dificuldade em se classificar a natureza dos empregos na nova economia, se emprego formal, autoemprego, freelance ou outro (Sahut *et al.*, 2021). Tal dinâmica, fomentada tanto pela maior individualização das relações sociais (Harvey, 2008) quanto a um excessivo paradigma utilitarista observado pela junção de critérios de gestão à vida cotidiana (Gaujejac, 2007) é, atualmente, reverberada pelos formuladores de políticas públicas⁴.

Não por coincidência, o ambiente empresarial brasileiro viu surgir um grande número de pequenos empreendedores desde 2019, os Microempreendedores Individuais (MEIs). Essas empresas, usualmente de menor complexidade e menor capacidade de inovação, possuem uma legislação própria e conferem benefícios fiscais e direitos sociais aos empreendedores, tornando-se especialmente popular durante a pandemia da Covid-19 (Moreira Silva & Sztando, 2023) quando o dito empreendedorismo por necessidade alcançou máximas históricas no país (Greco *et al.*, 2023).

Se em janeiro de 2017 o Brasil registrava cerca de 6,6 milhões de microempreendedores individuais, esse número já ultrapassava 15,3 milhões em janeiro de 2024. Mas o fenômeno do micro empreendedor em solo brasileiro possui outras facetas importantes: a imensa maioria dos MEIs não tem ensino superior completo; é fortemente representada tanto por jovens de até 29 anos (20%) quanto por aqueles com 50 anos ou mais (24,5%), além de um quinto daqueles que empreendem também possuírem algum vínculo empregatício (Britto, 2024).

Certamente esse é um fenômeno complexo. Entretanto, é possível especular que tais números estejam vinculados a um processo de aculturação estabelecido por certo tipo de empreendedimentismo (Harvey, 2008), calcado nos preceitos neoliberais citados anteriormente, e particularmente visíveis na economia dos Estados Unidos. A profusão de indivíduos-microempresa (Siffert *et al.*, 2022) seria um dos sintomas do dito culto ao empreendedorismo, que toma a atividade empreendedora como uma panaceia para os males do país (Costa, 2009), como a própria desigualdade social e o desejado desenvolvimento econômico.

No cerne dessa compreensão da realidade econômica pós-moderna, está uma outra forma de inserção de aspectos culturais exógenos a realidade econômica latino-americana: a adoção da lógica do empreendedor herói, altamente derivado do mito do herói americano (Ogbor, 2000). Uma deturpação da ideia vinculada ao empreendedor institucional e atrelada a forma como as histórias fantásticas são repassadas entre os indivíduos (Moreira Silva *et al.*, 2022), o empreendedor arquetípico ganhou amplitude devido a diversos fatores, como a própria disseminação da comunicação e midiática da atividade empreendedora (Nicholson & Anderson, 2005). Em sua bagagem mitificada, não raro apresenta-se traços messiânicos (Sørensen, 2008), justamente aquele mecanismo que faltava para alcançar a salvação econômica de históricas instituições fragilizadas.

Por outro lado, um outro perfil de líder e empreendedor surge com a ascensão chinesa nas cadeias de produção global. O modelo de liderança empreendedora e política é pautado na filosofia de Confúcio e sua compreensão de mérito, voto e histórico de sucesso em critérios de transformação social objetivos; crescimento econômico e desenvolvimento social (Zhang, 2012).

Quando atrelado aos projetos políticos chineses de longo prazo, estabelece-se um contraponto a cultura de *showman* ou heróis messiânicos ocidentais, para além de intervenções de curto prazo. Ainda que a América Latina esteja sob maiores influências culturais de recolonização do ocidente, fato que ainda não privilegia as intervenções necessárias para reparar os impactos socioambientais oriundos da colonização, as práticas comerciais e posicionamento geopolítico se aproximam mais do grande movimento econômico da Eurásia (Faria, 2024), além da própria coalização feita no BRICS – parceria formada entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – e dos corpos-territórios do Sul Global.

Entende-se que tal fato pode ser uma oportunidade de emancipação de baixo-para-cima dos povos colonizados com os novos movimentos globais, tal como também ser uma nova dependência e recolonização com os similares do sul (Svampa, 2019). O que Mazzucato (2011) aponta como grande virada de chave da economia global por meio dos ativos verdes de transição energética, que os países do Sul Global possuem vantagem estratégica, pode ser apenas mais um capítulo da história onde os países latino-americanos exportam suas commodities a baixo custo e importam tecnologia verde dos países colonizadores.

A necessidade de buscar modos de vida alternativos (Acosta, 2016); Escobar 2005; Gudynas; 2015), práticas de resistência (Acserald, 2018; Banerjee & Arjaliès, 2021; Chowdhury, 2019) e economias diversificadas (Santos, 2015; Furtado, 1974; Davis & Tilton, 2005) parece encontrar ancoragem nas estratégias de “ressignificação das técnicas” do colonizador discutido por Faria (2024). Aqui, com uma lógica de desenvolvimento e melhoria dos problemas internos e desenvolvimento de baixo-para-cima, é possível corrigir as lógicas de pensar a melhoria das condições de vida e fortalecimento de economias internas, em contraponto a seguir *frames* externos e compor a vantagem comparativa de outro território.

NOTAS

1 “Às vezes, aparecia um estrangeiro [...] trazendo alguma notícia provavelmente falsa, repetida de carro em carro por quilômetros e quilômetros. O estrangeiro desfrutava do sucesso de suas notícias, [...], mas, depois de algum tempo, ouvia-se uma buzina ou a partida de um motor, e o estrangeiro fugia, e via-se que ele ziguezagueava entre os carros para voltar ao seu e não ser exposto à ira dos outros.” (Tradução livre).

2 Aqui, novamente, é possível resgatar as palavras de García Márquez (1982, s.p.): “It is only natural that they insist on measuring us with the yardstick that they use for themselves, forgetting that the ravages of life are not the same for all, and that the quest of our own identity is just as arduous and bloody for us as it was for them [...] the peaceful Swiss of today, who feast us with their mild cheeses and apathetic watches, bloodied Europe as soldiers of fortune, as late as the Sixteenth Century. / “É natural que insistam em nos medir com o critério que usam para si mesmos, esquecendo-se de que os sofrimentos da vida não são os mesmos para todos, e que a busca de nossa própria identidade é tão árdua e sangrenta para nós quanto foi para eles [...] os pacíficos suíços de hoje, que nos banqueteiam com seus queijos suaves e relógios impassíveis, ensanguentaram a Europa como mercenários, ainda no século XVI”.

3 Aqui, toma-se desigualdade como algo diferente de pobreza, como argumenta Skidmore (2004). Enquanto o primeiro é pautado por fatores distintos que estão relacionados, o segundo é um índice absoluto e, por conseguinte, menos complexo de ser alvo de políticas públicas, visto que faz parte, enquanto condição, de uma população específica. A desigualdade, justamente por sua característica multifacetada, envolve toda a população de um território.

4 Na última eleição presidencial ocorrida em 2022 no Brasil, os dois principais candidatos mencionavam a palavra “empreendedorismo” 20 vezes em seus planos de governo. Termos como “fome” e “desigualdade” foram mencionadas 12 e 23 vezes, respectivamente.

REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D. (2003). Root Causes: A historical approach to assessing the role of institutions in economic development. *Finance & Development*.
- Acosta, A. (2016). O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos (Trad. T. Breda). São Paulo: Autonomia Literária/Elefante.
- Acserald, H. (2018). Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de “comunidades”. In H. Acserald, (Org.), Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social” (pp. 33-60). Rio de Janeiro: Garamond.

- Araóz, H. M. (2020) *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo: Elefante. 324 p
- Badeeb, R. A., Lean, H. H., & Clark, J. (2017). The trajectory of the natural resource curse thesis: A critical literature survey. *Resources Policy*, 51, 123-134. DOI: 10.1016/j.resourpol.2016.10.015
- Banerjee, S. B. & Arjaliès, D.-L. (2021) Celebrating the End of Enlightenment: Organization Theory in the Age of the Anthropocene and Gaia (and why neither is the solution to our ecological crisis). *Organization Theory*, 2(4), 1-24. <https://doi.org/10.1177/26317877211036714>
- Britto, V. (2024, August 21). *Em 2022, Brasil tinha 14,6 milhões de microempreendedores individuais*. Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41046-em-2022-brasil-tinha-14-6-milhoes-de-microempreendedores-individuais>
- Chowdhury, Rashedur. (2019) Critical essay: (In)sensitive violence, development, and the smell of the soil: Strategic decision-making of what? *Human Relations* 1–22
- Costa, S. de S. G. (2009). Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Educação & Realidade*, 34(2).
- Corden, W. M., & Neary, J. P. (1982). Booming Sector and De-Industrialisation in a Small Open Economy. *The Economic Journal*, 92(368), 825. <https://doi.org/10.2307/2232670>
- Davis, G. A., & Tilton, J. E. (2005). The resource curse. *Natural Resources Forum*, 29(3), 233-242. <https://doi.org/10.1111/j.1477-8947.2005.00133.x>
- Fals Borda, O. (1987). *Ciencia propia y colonialismo intelectual: los nuevos rumbos* (3a ed.). Bogotá: Carlos Valencia.
- Fals Borda, O. (1994). *El Problema de como investigar la realidad para transformarla por la praxis* (7a ed.). Colombia: Tercer Mundo.
- Faria, Alex. (2024). *Reaprendendo a decolonizar (cada vez) mais e recolonizar (cada vez) menos dentro e fora da academia e da organização*. Cadernos Ebape.
- Foucault, Michel. (1978) *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)* São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Franko, P. (2019). *The puzzle of Latin American economic development* (4th ed.). Rowman & Littlefield.
- Furtado, C. (1974). O mito do desenvolvimento econômico; Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais. In C. Furtado, *O mito do desenvolvimento econômico* (pp. 68-76; pp. 77-96). São Paulo: Paz e Terra.
- Gaulejac, V. de. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Ideias & Letras.
- Greco, S. M. de S. S., Lima, E. de O., Inácio Júnior, E., Machado, J. P., Guimarães, L. de O., Bastos Júnior, P. A., Lopes, R. M. A., & Souza, V. L. de. (2023). Global Entrepreneurship Monitor: empreendedorismo no Brasil 2022. In *Pesquisa GEM - Global Entrepreneurship Monitor*. <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/11/GEM-BR-2022-2023-Livro-Final.pdf>
- Greenblatt, S. (2018). *Tyrant: Shakespeare on Politics*. W. W. Norton & Company.
- Gudynas, E. (2015). Extracción y extractivismo: conceptos y definiciones. In E. Gudynas, *Extractivismos: ecologias, economia y política de un modo de entender el desarrollo y a la naturaleza* (pp. 9-30). Cochabamba: CEDIB.
- Harvey, D. (2008). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola.
- Huntington, S. P. (1993). The clash of civilizations? *Foreign Affairs*, 72(3).
- Krenak, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Márquez, G. G. (1982, December 8). *The solitude of Latin America*. Nobel Lecture - NobelPrize.Org. <https://www.nobelprize.org/latin-america>

nobelprize.org/prizes/literature/1982/marquez/lecture/

Moreira Silva, J. P., Siffert, P. V., & Guimarães, L. de O. (2022). O empreendedor institucional brasileiro: inovador, herói arquetípico ou ambos? *Anais Do XLVI Encontro Da ANPAD - EnANPAD 2022*.

Moreira Silva, J. P., & Sztando, A. (2023). Accessing Contexts and Approaches for Entrepreneurship: The Impact of COVID-19 on Brazil's Entrepreneurial Environment. *Ekonomia XXI Wieku*, 2023(26).

Moura, B. de F. (2024, April 19). *Renda dos 10% mais ricos é 14,4 vezes superior à dos 40% mais pobres*. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/renda-dos-10-mais-ricos-e-144-vezes-superior-dos-40-mais-pobres>

Nicholson, L., & Anderson, A. R. (2005). News and Nuances of the Entrepreneurial Myth and Metaphor: Linguistic Games in Entrepreneurial Sense-Making and Sense-Giving. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 29(2), 153–172. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2005.00074.x>

Ogbor, John. O. (2000). Mythicizing and reification in entrepreneurial discourse: ideology-critique of entrepreneurial studies. *Journal of Management Studies*, 35(7), 605–635.

Prebisch, R. (1962). *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*.

Rodrigues, A. C., & Rodrigues, S. B. (2019). Riqueza Mineral, Instituições Fracas e Clientelismo: A Maldição dos Recursos Naturais nos Governos Locais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13(1), 1-21.

Sahut, J. M., Iandoli, L., & Teulon, F. (2021). The age of digital entrepreneurship. *Small Business Economics*, 56(3), 1159–1169. <https://doi.org/10.1007/s11187-019-00260-8>

Santos, T. dos. (2015). Teoria da dependência: Balanço e perspectivas (pp. 17-37). Florianópolis: Insular

Siffert, P. V., Silva, J. P. M., & Guimarães, L. de O. (2022). UMA CRÍTICA AO EMPREENDEDORISMO COMO INSTRUMENTO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL: Avançando a compreensão de caminhos alternativos. *Anais Do XLVI Encontro Da ANPAD - EnANPAD 2022*, 1–15.

Smith, Adam. (1983). *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural.

Skidmore, T. E. (2004). Brazil Persistent Income Inequality: Lessons from History. *Latin America Politics and Society*, 46(2).

Sørensen, B. M. (2008). 'Behold, I am making all things new': The entrepreneur as savior in the age of creativity. *Scandinavian Journal of Management*, 24(2), 85–93. <https://doi.org/10.1016/j.scaman.2008.03.002>

Svampa, M. (2019). *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo. Elefante. 192 p.,

Tragtenberg, M. (2004). *Administração, poder e ideologia* (3rd ed.). Editora Unesp.

Zhang, W. (2012). *The China wave: Rise of a civilizational state*. World Century Publishing Corporation.